



Anais da Assembléia

Nº 81

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 11 DE AGOSTO DE 1988

ANO XIV

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 65.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 11 DE AGOSTO DE 1.988
QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Eduardo Baggio, secretariada pelos Senhores Deputados Aníbal Khury e Erondy Silvério.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Aníbal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zamusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Germote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

Curitiba, 29 de junho de 1988
OFÍCIO nº 1212/88.

Senhor Presidente.

Pelo presente, cumpro-me informar Vossa Excelência, que estarei ausente do país, durante o período do recesso parla-

mentar, em razão de viagem que farei ao exterior.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência, meus protestos de profunda admiração e respeito.

Sala das Sessões, em 11.08.88

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

OFÍCIO Nº

Curitiba, 21 de julho de 1988

Senhor Presidente.

Com cordiais cumprimentos, que venho através deste comunicar a Vossa Excelência, que estarei ausente do País num período de 13 (treze) dias, onde participarei a convite da Associação Nacional para Desenvolvimento das Atividades Legislativas - ANDAL, da National Conference of State Legislature de 24 a 29 do corrente mês na cidade de Reno, Estado de Nevada - EUA, na qualidade de membro da União Parlamentar Interestadual - UPI, representando os Deputados Estaduais do Brasil.

Na oportunidade aproveito para apresentar a Vossa Excelência o meu distinto apreço e consideração.

Sala das Sessões, em 11.08.88

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

OFÍCIO Nº 39/88

Curitiba, 22 de julho de 1988

Senhor Presidente.

Com cordiais cumprimentos, venho através deste comunicar a Vossa Excelência, que estarei ausente do País num período de 13 (treze) dias, onde participarei a convite da Associação Nacional para Desenvolvimento das Atividades Legislativas - ANDAL, da National Conference of State Legislature de 24 a 29 do corrente mês na cidade de Reno, Estado de Nevada - EUA, na qualidade de Presidente da União Parlamentar Interestadual - UPI, representando os Deputados Estaduais do Brasil.

Na oportunidade aproveito para apresentar a Vossa Excelência o meu distinto apreço e consideração.

Cordialmente,

Sala das Sessões, em 11.08.88

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 107

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 124/88, que declara de Utilidade Pública o "Círculo de

Estudos Bandeirantes", com sede e foro nesta Capital.

Sala das Sessões, em 11.08.88

(a) ANIBAL KHURY.

REQUERIMENTO N° 125

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário REGIME DE URGÊNCIA ao Projeto de Lei n° 345/87.

Sala das Sessões, em 11.08.88

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

REQUERIMENTO N° 111

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a anexação do Projeto de Lei n° 220/87 ao Projeto de Lei n° 223/88, por ambos tratarem de mesma matéria.

Sala das Sessões, em 11.08.88

(a) RAUL LOPES.

REQUERIMENTO N° 122

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a anexação ao Projeto de Lei n° 205/88, de minha autoria, ao Projeto de Lei n° 201/88, de autoria do Deputado Valderi Mendes Vilela, por ambos tratarem de declarar de Utilidade Pública o "Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bandeirantes", com sede e foro no Município de Bandeirantes.

Sala das Sessões, em 11.08.88

(a) HERMAS BRANDÃO.

REQUERIMENTO N° 96

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário, a concessão de licença para o trato de interesses particulares pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias.

Sala das Sessões, em 11.08.88

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

REQUERIMENTO N° 114

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, para que a Comissão de Terras designe os seguintes Deputados: Domingos ScarPELLINI, Haroldo Ferreira, Nereu Carlos Massignan, Vera Agibert e Pedro Tonelli, para representar a Assembléia Legislativa em data de 11.08.88 no acampamento dos sem-terras, localizado no Município de Prudentópolis, no Paraná, bem como assegure a segurança para os representantes que se dirigiram ao

Local.

A visita tem por objetivo constatar a realidade local e a decorrência dos fatos para, posteriormente, relatar a este Legislativo e aos demais órgãos do Governo, para que as providências necessárias sejam devidamente tomadas.

Sala das Sessões, em 11.08.88.

(a) DOMINGOS SCARPELLINI

Apoioamento:

Haroldo Rodrigues Ferreira

Vera Agibert

REQUERIMENTO N° 101

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações pelo transcurso do 128° aniversário de criação do Ministério da Agricultura, comemorado no dia 28 de julho próximo passado.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Dr. Scylla Cesar Peixoto Filho, Delegado Federal de Agricultura no Estado do Paraná e ao Dr. Paulo Alfredo Miranda, Diretor Técnico da referida instituição.

Sala das Sessões, em 11.08.88.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 123

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, formulação e inserção em Ata dos trabalhos deste Poder, de votos de congratulações à Polícia Militar do Estado do Paraná, pela comemoração dos 134 anos de sua criação.

Desnecessário falar da importância da atuação da Polícia Militar no seio da sociedade, guardando a todos os cidadãos, a integridade e segurança, nos lares, no trabalho, nas escolas e ruas.

Garantindo aos cidadãos segurança para que vivam e desempenhem suas funções na comunidade, não se importando com os riscos a que são submetidos os seus oficiais e incorporados.

Que este nosso voto, ao transcorrer do 134° aniversário da PMPR, represente os nossos cumprimentos a todos aqueles que cooperam pela manutenção da segurança e tranquilidade de todos os paranaenses.

Da decisão desta Casa, dê-se ciência à Secretaria de Segurança Pública e ao Comando da Polícia Militar do Paraná.

Sala das Sessões, em 11.08.88.

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO N° 124

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o douto Plenário, a formulação e inserção em Ata dos trabalhos deste Poder, de votos de congratulações pela passagem do Dia do Advogado.

Que da decisão deste Poder, se dê ciência à Ordem dos Advogados do Brasil, Seção PR, à União Paranaense de Estudantes (UPE) e aos Diretórios Acadêmicos de Direito da Universidade Federal do Paraná, Pontifícia Universidade Católica do Paraná e Faculdade de Direito de Curitiba, remetendo-lhes a justificativa anexa.

Sala das Sessões, em 11.08.88.

(a) ALGACI TÚLIO.

JUSTIFICATIVA:

Comemora-se hoje, dia 11 de agosto, a data da instalação dos cursos jurídicos no Brasil, ocorrida em 1827.

Cumprimentamos os Senhores Juizes de Direito, Promotores de Justiça, Advogados, Delegados de Polícia, Assessores Jurídicos, Bacharéis, enfim, pelo alto significado do histórico e relevante acontecimento.

Mas, aos estudantes de Direito, principalmente, é que desejamos trazer a nossa mensagem e as nossas felicitações.

LEMBRAR que, dos estudantes que cursavam na Europa, partiu o movimento que culminou por sensibilizar os Parlamentares e o Imperador Pedro I, para a implantação no Brasil de suas duas primeiras Faculdades de Direito, a de São Paulo e a de Olinda.

RESSALTAR que, desde então, todas as grandes conquistas da sociedade brasileira tiveram na sua vanguarda os estudantes de Direito, a luta dos liberais contra os absolutistas; a abolição da escravatura; a República e o Federalismo; a demarcação das fronteiras do País; a campanha civilista; a participação na guerra contra o nazi-fascismo, a criação da PETROBRÁS e a corajosa resistência à derrubada do governo Constitucional de João Goulart.

LAMENTAR, todavia, o afastamento que se constata hoje, dos estudantes em geral, e dos estudantes de Direito, em particular da política e do debate em torno dos grandes problemas sociais e econômicos que afligem nosso povo.

E, diante de tal constatação,

PEDIR para que não faltem ao compromisso que têm com a história.

APELAR para que venham aos partidos políticos exercer a democracia, afirmar a credibilidade dos homens públicos e ocupar novamente os lugares de maior destaque na vida pública que outrora pertenceram aos bacharéis.

SUPPLICAR para que voltem às ruas e praças como advogados que sempre foram dos humildes, dos desamparados, dos sofridos e dos injustiçados.

ROGAR, finalmente, para que estejam ao lado do povo, já quase em total descrença

e desesperança, a fim de que possamos vencer a mais grave de todas as crises que se abateram sobre o Brasil e encontrar o caminho da solidariedade, do amor, da estabilidade econômica e da justiça social.

REQUERIMENTO N° 097

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiado ao Ilustríssimo Diretor de Crédito Comercial do Banco do Estado do Paraná, Dr. Walmor Piccolo, voto de lowor pelo dinâmico e competente trabalho que vem desenvolvendo à frente daquele cargo, proporcionando à grande clientela do "Nosso Banco", auxílios prestimosos no desenvolvimento de atividades ligadas à área do comércio.

Sala das Sessões, em 11.08.88.

(a) NILTON BARBOSA.

REQUERIMENTO N° 098

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiado ao Ilustríssimo Diretor de Crédito Rural do Banco do Estado do Paraná, Dr. Walter Senhorinho, voto de lowor pelo expressivo trabalho que tem frente aquele cargo no atendimento das necessidades dos agricultores e trabalhadores na agricultura do nosso Estado, proporcionando-lhes auxílio valioso no sentido de incrementar e aumentar a produção de alimentos no Paraná.

Sala das Sessões, em 11.08.88.

(a) NILTON BARBOSA.

REQUERIMENTO N° 099

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiado ao Ilustríssimo Presidente do BANESTADO, Dr. Carlos Antônio de Almeida Ferreira, voto de lowor pelo brilhante trabalho na direção daquela Instituição de Crédito, graças ao qual tem mantido o Banco do nosso Estado em primeiro lugar entre os Bancos Estaduais da União.

Sala das Sessões, em 11.08.88.

(a) NILTON BARBOSA.

REQUERIMENTO N° 126

Senhor Presidente.

O Deputado Milton Barbosa, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiado ao Ilustríssimo Diretor Geral da Secretaria de Estado da Indústria e Comércio, Dr. Carlos Cesar Salles de Albuquerque Maranhão, voto de louvor pelo dinâmico e eficiente trabalho administrativo que vem realizando naquela Secretaria, e prol do desenvolvimento do setor empresarial paranaense.

Sala das Sessões, em 11.08.88.

(a) NILTON BARBOSA.

REQUERIMENTO N° 127

Senhor Presidente.

O Deputado Milton Barbosa, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiado ao Ilustríssimo Superintendente da Superintendência do Controle da Erosão e Meio Ambiente, Dr. Reinaldo José Rodrigues dos Santos, voto de louvor pelo brilhante trabalho que vem desenvolvendo frente àquele órgão, no auxílio à agricultura paranaense, com a construção de obras de combate à erosão, bem como a prevenção da mesma nos perímetros urbanos e a preservação ambiental.

Sala das Sessões, em 11.08.88.

(a) NILTON BARBOSA.

REQUERIMENTO N° 128

Senhor Presidente.

O Deputado Milton Barbosa, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiado a Ilustríssima Sra. Diretora da Imprensa Oficial do Estado, professora Gilda Poli Rocha Loures, voto de louvor pelo dinamismo e eficiência com que desempenha o trabalho frente àquele importante órgão, divulgando as grandes decisões do Estado, bem como divulgando as atividades deste para benefício da população.

Sala das Sessões, em 11.08.88.

(a) NILTON BARBOSA.

REQUERIMENTO N° 109

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de ofício ao Ilustríssimo Sr. Dr. Jorge Gomes Rosa Filho, DD. Diretor Administrativo da FASPAR, solicitando auxílio financeiro para o "Clube de Mães Dona Eli-

sa", localizado no Jardim Alvorada, na cidade de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 11.08.88.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

O referido Clube de Mães presta atendimento a dezenas de crianças carentes daquele Jardim, atendendo crianças e gestantes desamparadas. Entretanto, por motivo de defasagem orçamentária, necessita de auxílio financeiro.

REQUERIMENTO N° 110

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de ofício ao Ilustríssimo Sr. Dr. Pedro Arthur Sampaio, DD. Superintendente Estadual da LBA - Legião Brasileira de Assistência, solicitando auxílio financeiro para o "Clube de Mães Dona Elisa", localizado no Jardim Alvorada, na cidade de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 11.08.88.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

O Clube de Mães Dona Elisa presta relevantes serviços aos moradores do Jardim Alvorada, na cidade de Campo Mourão. Esse trabalho vem sendo dificultado pelos elevados índices inflacionários, necessitando, portanto, de auxílio financeiro.

REQUERIMENTO N° 119

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de ofício ao Excelentíssimo Sr. Desembargador Lauro Lima Lopes, DD. Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, solicitando as medidas cabíveis com vistas a que a egrêgia Corte em apreço proceda a expedição de Resolução, conforme dispõe o Art. 3°, parágrafo único, da Lei Complementar n° 1, de 09 de novembro de 1967, regulamentando a forma de consulta plebiscitária a ser realizada na área descrita na Resolução n° 045/88, desta Assembléia Legislativa, publicada no Diário Oficial de 31 de maio de 1988, para que a população nela residente, decida sobre a criação do Município de Santa Tereza D'Oeste, com território desmembrado dos Municípios de Cascavel, Toledo e Céu Azul.

Sala das Sessões, em 11.08.88.

(a) GERNOTE KIRINUS

REQUERIMENTO N° 120

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de ofício ao Excelentíssimo Sr. Desem-

bargador Lauro Lima Lopes, DD. Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, solicitando as medidas cabíveis com vistas a que a egrêgia Corte em apreço proceda a expedição de Resolução, conforme dispõe o Art. 3º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 1, de 09 de novembro de 1967, regulamentando a forma de consulta plebiscitária a ser realizada na área descrita na Resolução nº 038/88, desta Assembleia Legislativa, publicada no Diário Oficial de 27 de maio de 1988, para que a população nela residente, decida sobre a criação do Município de Lindoeste, desmembrado do Município de Cascavel.

Sala das Sessões, em 11.08.88.

(a) GERNOTE KIRINUS

REQUERIMENTO Nº 115

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente oficial do Poder Legislativo, à Diretoria do Centro de Formação Profissional de Campo Comprido, nesta Capital.

Segundo os moradores do Bairro Campo Comprido, nesta Capital, principalmente, nas proximidades do Centro de Formação Profissional citado, vários fatos assustadores têm ocorrido, dentre eles, ataques a residências e a populares, assaltos, espancamentos e, inclusive, casos de estupro.

Os moradores citam ainda, casos de menores, internos do Centro, que põem-se à frente do instituto, nus, exibindo seus órgãos genitais a transeuntes.

Acredita-se que os ocorridos devam-se à ociosidade em que permanecem, constantemente, os internos, que poderiam ser utilizados nas várias oficinas instaladas no Centro de Formação: sapataria, marcenaria, serigrafia, gráfica e outras.

Injustificável, cremos, o grande número de contratados para manter o Centro, haja vista que a grande maioria das tarefas de asseio e conservação poderiam ser desenvolvidas pelos próprios internos, ocupando-lhes, desta forma, o tempo que perdem com futilidades.

Neste sentido, rogamos à Diretoria do Centro de Formação Profissional de Campo Comprido, as providências necessárias para restabelecimento da paz e tranquilidade aos moradores da região.

Sala das Sessões, em 11.08.88.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO Nº 117

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o

envio de expediente oficial do Poder Legislativo, ao Excelentíssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. Antônio Lopes de Noronha, solicitando providências relacionadas ao Centro de Formação Profissional de Campo Comprido.

Segundo os moradores do Bairro Campo Comprido, nesta Capital, principalmente, nas proximidades do Centro de Formação citado, vários fatos assustadores têm ocorrido, dentre eles, ataques a residências e populares, assaltos, espancamentos e, inclusive, casos de estupro.

Os moradores da região, citam ainda, casos de menores, internos do Centro, que põem-se à frente do Instituto, nus, exibindo seus órgãos genitais a transeuntes.

Acredita-se que os ocorridos devam-se à ociosidade em que permanecem, constantemente, os internos que poderiam ser utilizados nas várias oficinas instaladas no Centro de Formação: sapataria, marcenaria, serigrafia, gráfica e outras.

Injustificável, cremos, o grande número de contratados visando manter o funcionamento do Centro, já que a grande maioria das tarefas de asseio e conservação, poderiam ser desenvolvidas pelos próprios internos, ocupando-lhes, desta forma, o tempo que perdem com futilidades.

Neste sentido, rogamos à Secretaria de Estado da Segurança Pública, providências capazes de devolver a paz e tranquilidade aos moradores da região.

Sala das Sessões, em 11.08.88.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO Nº 118

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial do Poder Legislativo, ao Excelentíssimo Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, Deputado Rubens Bueno, solicitando providências relacionadas ao Centro de Formação Profissional de Campo Comprido.

Segundo os moradores do Bairro Campo Comprido, nesta Capital, principalmente, nas proximidades do Centro de Formação Profissional citado, vários fatos assustadores têm ocorrido, dentre eles, ataques a residências e a populares, assaltos, espancamentos e, inclusive, casos de estupro.

Os moradores citam ainda, casos de menores, internos do Centro, que se põem nus, à frente do instituto, exibindo seus órgãos genitais a transeuntes.

Acredita-se que os ocorridos devam-se à ociosidade em que permanecem, constantemente, os internos, que poderiam ser utilizados nas várias oficinas instaladas no Centro de Formação: sapataria, marcenaria,

serigrafia, gráfica e outras.

Injustificável, cremos, o grande número de contratados para manter o Centro, já que a grande maioria das tarefas de asseio e conservação poderiam ser desenvolvidas pelos próprios internos, ocupando-lhes, desta forma, o tempo que perdem com futilidades.

Neste sentido, rogamos à Secretaria de Estado da Segurança Pública, providências capazes de devolver a paz e tranquilidade aos moradores da região.

Sala das Sessões, em 11.08.88.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 129

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário Especial da Política Habitacional, no sentido de que seja mudado o Sistema Financeiro Habitacional.

Sala das Sessões, em 11.08.88.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

Centenas de mutuários, sonhadores da casa própria, encontram-se nas mais sérias dificuldades que o Governo Federal vem criando em todo o sistema.

A impossibilidade que encontra o trabalhador assalariado de possuir a sua casa própria.

O problema dos reajustes na prestação da casa própria, que está além das possibilidades de quitação do mutuário assalariado, que não consegue cumprir com as suas responsabilidades, obrigando-se a abandonar seu imóvel perdendo o que já pagou.

Este mesmo mutuário é obrigado a reajustar suas despesas dentro dos índices da URP, não recebida.

REQUERIMENTO N° 121

Senhor Presidente.

O agravamento da crise econômica e em consequência da social no País, tem provocado, principalmente por parte de Parlamentares, sugestões das mais diversas para evitar que o Brasil vire o caos total pois a situação hoje é insustentável.

O governo continua surdo não só às reivindicações e aos apelos do povo brasileiro mas também aqueles que querem ajudar o País a sair dessa situação vergonhosa.

O Presidente, enquanto isto, pede continuamente, mais sacrifícios para o povo enquanto que não se vê contrapartida do próprio governo e, principalmente das estatais. O povo brasileiro está sendo até, paciente demais.

Uma das propostas para ajudar o País a sair da crise foi elaborada por João Au-

gusto Conrado do Amaral Gurgel. Ele publicou inicialmente o seu alerta, em 1984, sob o título Brasil a Caminho da Autodestruição, comparando o álcool hidratado a uma bomba de fantástico poder destrutivo.

Passados quatro anos do alerta, nenhuma medida, ou pelo menos consideração sobre a denúncia, foi feita e vemos inclusive a PETROBRÁS em situação de extrema dificuldade.

Nenhum governo poderá salvar a economia brasileira sem o imediato redirecionamento do Pró-Álcool.

O problema é muito sério e não pode ser tratado com descaso sob pena de chegarmos, a curto prazo, a uma situação catastrófica e quase irreversível.

A proposta de Gurgel, é a de reduzir os preços dos combustíveis derivados de petróleo aos níveis dos preços norte-americanos. Isto é perfeitamente viável e salutar para o país. Se não vejamos: com igual área territorial, produzimos mais petróleo em relação ao nosso consumo do que os Estados Unidos. Se o povo americano consegue pagar cerca de 75 centavos de dólar (equivalente a 22 cruzados, em abril) por galão (2,5 litros) de gasolina, sem nenhum subsídio, o povo brasileiro deveria pagar o mesmo valor.

Convém lembrar que a Petrobrás tem exportado Gasolina Azul ao Equivalente a Onze Cruzados e Cinquenta Centavos por litro (preços de abril).

Uma das primeiras vantagens com a redução dos preços da gasolina seria que o seu o preço se aproximasse do óleo diesel que no momento se encontra ao mesmo nível dos preços americanos, diminuindo em consequência a forte pressão de dieselização da nossa frota.

É importante citar que, enquanto o nosso volume consumido de gasolina reduziu-se em 36%, o aumento do consumo de óleo diesel já beira a casa dos cem por cento.

A redução dos preços dos combustíveis terá como consequência imediata a redução do Custo do Transporte, da Alimentação e da Habitação, REDUZINDO drasticamente a inflação.

A redução dos preços dos combustíveis contribuirá para o aumento da nossa produção industrial diminuindo os custos de produção e fornecerá ainda ao Governo um fantástico Incremento na Arrecadação de Impostos, tão necessário ao equilíbrio de nossa balança de pagamentos.

A redução dos produtos industriais contribuirá decisivamente para o incremento de nossas exportações sem a necessidade de grandes subsídios que drenam os cofres do Governo.

A indústria automobilística poderá atingir a curto prazo a produção de um mi-

lhão e quinhentas mil veículos por ano, para mercado interno, proporcionando ao governo cerca de quatro bilhões de dólares em impostos arrecadados mesmo se reduzidas as alíquotas aos níveis de 1985.

A redução nos custos de transportes, da alimentação e da habitação proporcionará substancial aumento do poder aquisitivo do povo brasileiro reativando todos os setores da economia.

Outra consequência será o aumento do nível de emprego que eliminará a grande tensão social e reduzirá drasticamente a violência urbana.

Senhor Presidente:

Após oito anos de estudos, Gurgel chegou à conclusão que a produção do álcool hidratado deveria ser imediatamente interrompida passando a fabricar somente o álcool anidro num volume de três bilhões de litros por ano, que seria utilizado como aditivo antidetonante.

A PETROBRÁS voltaria a produzir dois tipos de gasolina, a normal e a super, ou seja, a azul utilizávamos antigamente e que exportamos hoje.

A gasolina azul teria aditivos do álcool anidro.

Ao mesmo tempo não criaríamos problemas para os usineiros. A margem do usineiro por litro de álcool anidro seria aumentada quatro vezes compensando assim a redução da produção de sua usina. O álcool anidro seria produzido numa área de apenas 25% da área total, ao lado das usinas, o que diminuiria ainda mais o seu preço pela redução do custo dos transportes bem como pela maior facilidade de adubação.

Setenta e cinco por cento de área plantada de cana para a produção do álcool, cerca de cinco milhões de hectares, das melhores terras do país e próximas aos grandes centros de consumo, seriam gradativamente destinadas à produção de alimentos com a consequência natural na redução dos seus custos, colaborando, de maneira decisiva para a queda da inflação.

Os usineiros estariam, assim, contribuindo para a melhoria da alimentação bem como evitando gastos de divisas para a importação de alimentos básicos.

Dentro desse contexto deve ser interrompida a fabricação de veículos movidos a álcool, em menor tempo possível. Os três milhões e quinhentos mil carros a álcool seriam gradativamente transformados em veículos movidos a gasolina azul, com conversão extremamente simples e de custo reduzido. Esses carros, uma vez transformados, proporcionariam uma enorme economia a seus proprietários pois passariam a uma performance de até 16 quilômetros por litro de gasolina azul.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Analisamos bem a proposta de Gurgel. Ela

é, não apenas viável, como também necessária. É uma alternativa, como tantas outras que o governo não quer ouvir, que vai ajudar o país a sair da crise.

É preciso que a seriedade tome conta do Governo Federal, e que a nação não pode continuar pagando os preços, as custas de mais sacrifícios, das aventuras dos tecnocratas de Brasília.

As soluções, como esta que acabamos de relatar, não são difíceis e nem impossíveis a médio prazo.

E, em assim sendo, requeiro à Mesa, ouvido o Plenário, o que se segue:

a) O envio de cópia deste pronunciamento à Bancada do Paraná no Congresso Nacional, ao Senhor Presidente da República, ao Senhor Ministro das Minas e Energia e ao Presidente da Petrobrás.

b) Que se formule convite para que o Engenheiro João Augusto Conrado do Amaral Gurgel, promova palestra neste Legislativo relacionada com o assunto.

Sala das Sessões, em 11.08.88.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Não havendo Pequeno Expediente e nem Grande Expediente, coloco em votação o requerimento do Deputado Lauro Lobo Alcantara, onde pede licença por 120 (cento e vinte) dias para tratar de assuntos particulares.

Em discussão. Em votação. Aprovado.

Está de licença o nobre Deputado Lauro Lobo Alcantara.

Em decorrência de aprovação por esta Casa do pedido de licença, formulado por Sua Excelência, o Senhor Deputado Lauro Lobo Alcantara, pelo prazo de cento e vinte dias, destinado a tratamento de interesses particulares, esta Presidência em cumprimento ao disposto do parágrafo 1º do Artigo 11, da Constituição do Estado, combinado com o parágrafo 5º do Artigo 14 do Regimento Interno desta Casa de Leis, convoco o Senhor Neivo Beraldin para que na condição de primeiro suplente do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, compareça perante a Mesa para a prestação do compromisso legal e tomar posse do cargo de Deputado Estadual.

Esta Presidência consulta os Senhores Deputados para que em suas Bancadas queiram por gentileza permanecerem em pé no transcurso do compromisso de posse.

Passamos ao Horário das Lideranças.

Consulto a Liderança do PDS se fará uso do seu tempo.

Declina. Havendo declinado, consulto a Liderança do PDC se fará uso do seu tempo.

Declina. Havendo declinado, consulto a Liderança do PL se fará uso do seu tempo.

Declina. Havendo declinado, consulto a Liderança do PTB se fará uso do seu tempo.

Declina. Havendo declinado, consulto a Liderança do PT se fará uso do seu tempo.

Declina. Havendo declinado, consulto a Liderança do PFL se fará uso do seu tempo.

Declina. Havendo declinado, consulto a Liderança do PDT se fará uso do seu tempo.

Solicito se o PMDB fará uso da palavra.

Declina.

Esta Presidência designa o Deputado Artagão Mattos Leão, Líder da Bancada do PMDB, o Deputado Ferrari Júnior, a Deputada Amélia Hruschka, para que introduzam neste recinto o Senhor Neivo Beraldin, para que o mesmo tome posse como Deputado Estadual.

Convido o Senhor Neivo Beraldin a prestar o compromisso legal.

O SR. NEIVO BERARDIN - Prometo guardar a Constituição Federal e a do Estado. Desempenhar fiel e lealmente o mandato que me foi confiado e promover o bem do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Declaro empossado no cargo de Deputado Estadual, Sua Excelência o Deputado Neivo Beraldin, e convido-o a tomar assento em sua Bancada, para prosseguimento normal dos trabalhos da presente sessão.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Sr. Deputado Lauro Lobo Alcantara, constante do expediente de sessão anterior, solicitando licença para tratar de interesses particulares, pelo prazo de 120 dias. **Aprovado.**

Passaremos à apreciação da matéria constata da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei nº 179/88, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que revoga a Lei nº 8.178, e doa ao Município de Andirá o imóvel de propriedade do Estado, constituído pela área de terras com 4.710,64 m², constante da matrícula nº 4.145-F, 52-Livro 2-T, do Registro de Imóveis de Andirá e demais especificações. **Aprovado.** (Publ. no DA. nº 61, de 16.06.88).

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 71/84, de autoria do Deputado Osvaldo Alencar Furtado, que autoriza o Poder Executivo a isentar a "COLSAN" LONDRINA- SOCIEDADE BENEFICENTE DE COLETA DE SANGUE das taxas de Energia Elétrica e Água, com sede e foro na Cidade de Londrina. Com **PARECERES FAVORÁVEIS** da C.C.J. e C.F., por unanimidade.

Rejeitado.

PROJETO DE LEI Nº 71/84
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a isentar a COLSAN- LONDRINA (Sociedade Beneficente de Coleta de Sangue), das taxas de Energia Elétrica e Água.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.04.88.

(a) OSVALDO ALENCAR FURTADO.

JUSTIFICATIVA:

A COLSAN-LONDRINA (Sociedade Beneficente de Coleta de Sangue), é uma entidade totalmente assistencial, de Utilidade Pública de âmbito Nacional.

A Sociedade COLSAN - Banco de Sangue não tem nenhuma verba de auxílios e subvenções até hoje e se dedica, exclusivamente, a Salvar Vidas Humanas.

A sua finalidade portanto, não é lucrativa, e sim humanitária e tem sido custeada pela generosidade dos irmãos Maçons de Londrina.

O número de necessidade de sangue junto à COLSAN, tendo em vista o êxodo rural, aumentou muito, pois os que vêm procurando auxílio nas grandes cidades, sem meios de subsistência, sem emprego, sem qualificação, em estado de indigência, está sobrecarregando os serviços de atendimento que se encontram, atualmente, em sérias dificuldades de funcionamento.

Por esta e outras razões, podem os Senhores Colegas Deputados analisarem as dificuldades que têm passado os encarregados daquela Sociedade, principalmente tendo em vista a falta de recursos para o seu custeio de manutenção.

Os objetivos da COLSAN- Banco de Sangue, são os mais elogiáveis possíveis e carecedores das medidas propostas no presente plano de lei, pois os impostos e taxas arrecadados pelo Tesouro Estadual ou Municipal, devem ser aplicados e tornados ao bem da pessoa humana, que afinal geram aqueles recursos.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 71/84

PARECER:

De autoria do Nobre Deputado Osvaldo Alencar Furtado, o projeto de lei em pauta objetiva isentar a COLSAN- LONDRINA- Sociedade Beneficente de Coleta de Sangue, das taxas de energia elétrica e água.

Tratando-se de mera autorização legislativa, o Projeto não encontra qualquer obstáculo de natureza legal ou constitu-

cional que o impeça de continuar sua tramitação normal por esta Casa e, quanto ao seu mérito, deixamos o exame a critério das Comissões especializadas.

Face ao exposto, está em condições de ser aprovado por esta Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em 24.04.88.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

ARTAGÃO MATTOS LEÃO

Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 71/84

PARECER:

O projeto de lei ora sob análise, de autoria do ex-Deputado Osvaldo Alencar furtado, visa isentar a COLSAN-LONDRINA-Sociedade Beneficente de Coleta de Sangue, das taxas de energia elétrica e água.

A Douta Comissão de Constituição e Justiça, manifestando-se sobre a matéria, concluiu tratar-se de mera autorização legislativa, inexistindo óbices legais e constitucionais que obstaculem sua tramitação por esta Casa de Leis, e conseqüente aprovação, opinando favoravelmente.

Esta Comissão de Finanças, por seu turno, reconhecendo os objetivos meritórios da proposta e, tendo em vista que a matéria não fere princípios legais e constitucionais, manifesta-se, também, pela continuidade de sua tramitação, bem como pelo parecer favorável.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 29.06.88.

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Relator.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 245/86, de autoria do Deputado Trajano Bastos, que altera o Art. 5° da Lei n° 6.521 de 4 de Janeiro de 1974. (Ao ex-combatente que for julgado incapaz para o serviço público, por moléstias ou contar mais de 65 anos de idade, será concedida uma pensão de que trata o Art. 1° da Lei n° 1.095, de 7 de janeiro de 1953). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., e C.R.H., por unanimidade. Rejeitado. (Publ. no DA. n° 115/86, de 14.10.86).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 245/86

PARECER:

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre Deputado Trajano Bastos, altera o artigo 5° da Lei n° 6521, de 04 de janeiro de 1974.

A referida Lei n° 6521, regulamenta o art. 143 da Constituição Estadual que dispõe sobre direitos dos ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial.

A alteração proposta visa assegurar ao ex-combatente que tenha alguma moléstia ou mais de 65 anos e, portanto, estando impedido de ter acesso a cargos públicos, possa receber a pensão de que trata o art. 1° da Lei n° 1095, de 07 de janeiro de 1953.

Em que pese a matéria ferir preceito constitucional, pois trata-se de assunto de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo, é evidente o mérito e o alcance social da medida.

Neste sentido, manifestamos o nosso Parecer Favorável, opinando pela Aprovação do referido projeto de lei. Confiamos que a sanção governamental permita corrigir o vício de origem.

Sala das Comissões, em 22.03.88.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

CÂNDIDO BASTOS

Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 245/86

PARECER:

O projeto de lei em análise, de autoria do nobre Deputado Trajano Bastos, altera o artigo 5° da Lei n° 6521, de 04 de janeiro de 1974.

A referida Lei n° 6521, regulamenta o art. 143, da Constituição Estadual que dispõe sobre direitos dos ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial.

A alteração proposta visa assegurar ao ex-combatente que tenha alguma moléstia ou mais de 65 anos e, portanto, estando impedido de ter acesso a cargos públicos, possa receber a pensão de que trata o art. 1° da Lei n° 1095, de 07 de janeiro de 1953.

A Douta Comissão de Constituição e Justiça, se pronunciou favoravelmente à alteração da referida Lei n° 6521, apesar de tratar-se de matéria exclusiva e privativa do Chefe do Poder Executivo.

A Comissão de Finanças convocada a opinar sobre o referido Projeto de Lei, se manifesta favoravelmente, tendo em vista o alto valor social nele inserido.

Concluo pela Aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 20.04.88.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO

Presidente

ALEXANDRE CERANTO

Relator.

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS
PROJETO DE LEI N° 245/86

PARECER:

Não obstante o destacado mérito ressaltado no Projeto de Lei n° 245/86, que pretende alterar a redação do Art. 5° da Lei n° 6521, de 04 de janeiro de 1974, estendendo pensão a ex-combatentes incapacitados para o serviço público, por moléstia ou por contar mais de 65 anos de idade, esta Comissão de Recursos Humanos tem o dever de observar a inconstitucionalidade do mesmo, por usurpar competência exclusiva do Poder Executivo.

Vale ressaltar que é ao legislador que compete primeiro, o dever de respeito à lei. À margem desse princípio não há como se construir uma democracia fundada no Estado de Direito.

Existe via procedimental própria para se compelir o Chefe do Executivo à atenção com esta matéria. De modo que não se impõem razões isentas para se expor este Poder Legislativo ao vexame de um eventual veto à sua lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.06.88.

(aa) NELSON VASCONCELLOS
Presidente e Relator.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 103/87, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE SENHORAS DE ROTARIANOS DE CHOPINZINHO- CASA DA AMIZADE, com sede e foro na cidade de Chopinzinho-Pr. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. n° 66/87, de 16.06.87.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 103/87

PARECER:

O projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Caíto Quintana, tem por finalidade, declarar de Utilidade Pública, a ASSOCIAÇÃO DE SENHORAS DE ROTARIANOS DE CHOPINZINHO- Casa da Amizade, com sede e foro na Cidade de Chopinzinho-Paraná.

Analisado sob a égide da Lei n° 6.994, de 10.01.1978, que estabelece as condições necessárias para se efetivar a pretensão, observa-se que o plano de lei se reveste das formalidades legais, com a anexação dos documentos por ela exigidos, ou sejam, Ata de Fundação da Associação, Estatuto, Relatório de suas atividades e, sobretudo, com finalidades sociais, sem fins lucrativos.

Por essa razão, esta Comissão de Constituição e Justiça, não vê óbices para sua normal tramitação por esta Casa de Leis e sua conseqüente aprovação.

O Parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 23.06.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO
Presidente

JOSÉ AFONSO JÚNIOR
Relator.

Sobre a mesa, requerimento de n° 111, de autoria do Sr. Deputado Raul Lopes, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 122, de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 125, de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 107, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 097, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 098, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 099, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 101, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 109, de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 110, de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 114, de autoria dos Srs. Deputados Domingos Scarpellini e Haroldo Rodrigues Ferreira, com apoio da Sra. Deputada Vera Agibert, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 115, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 117, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 118, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior.

Em votação.

O SR. NESTOR BAPTISTA - (Pela Ordem) O que é requerido, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Requerendo providências ao Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, com relação ao Centro de Formação Profissional de Campo Comprido. - Aprovado.

Requerimento de nº 129, de autoria do Sr. Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 119, de autoria do Sr. Deputado Germote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 120, de autoria do Sr. Deputado Germote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 121, de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 123, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 124, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 126, de autoria do Sr. Deputado Milton Barbosa, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 127, de autoria do Sr. Deputado Milton Barbosa, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 128, de autoria do Sr. Deputado Milton Barbosa, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 15, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 146 e 270/87.

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 44/87, 131 e 134/88.

Levanta-se a sessão.

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 016.^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 11 DE AGOSTO DE 1.988
QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Eduardo Baggio, secretariada pelos Srs. Deputados Anibal Khury e Alexandre Ceranto.

As dez horas e quinze minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caio Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Germote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Ironi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pesutti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quilse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valdeir Mendes Vilela e Werner Wanderer (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata e dos Termos de Atas das sessões anteriores, os quais são aprovados sem observações.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Não havendo expediente a ser lido,
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 359/87, de autoria do Deputado QUIELSE CRISÓSTOMO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A MATERNIDADE E A INFÂNCIA, com sede e foro no Município de Xambrê. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. nº 140, de 25.11.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N. 359/87

PARECER:

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre Deputado Quielse Crisóstomo, declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO

DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA, com sede e foro no Município de Xambrê, Estado do Paraná.

Fundada em 27 de setembro de 1981, a referida entidade visa desenvolver ações que concorram para o atendimento simultâneo da criança, a partir de um conceito de trabalho com a família, nas áreas de educação, saúde, nutrição, saneamento e aspectos legais.

A documentação que acompanha o projeto de lei em questão, demonstra que a entidade atende às normas contidas na Lei n. 6994, de 10 de janeiro de 1978, que trata das condições para que sejam declaradas de Utilidade Pública as entidades que servem desinteressadamente à coletividade.

Neste sentido, constatamos que não existe qualquer impedimento de natureza constitucional, legal ou regimental para que a citada matéria prossiga sua tramitação nesta Casa de Leis.

Portanto, manifestamos o nosso parecer favorável à mesma, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 07.06.88

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

BASÍLIO ZANUSSO

Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 36/88, de autoria do Deputado WERNER WANDERER, que cria o Ensino de 2º Grau, no Distrito de Brasilândia, no Município de Alto Piquiri. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., por maioria, C.F. C.E., por unanimidade. (Public. no DA. n. 08, de 10.03.88)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 036/88

P A R E C E R:

Por intermédio do Projeto de Lei n. 036/88, o nobre Deputado Werner Wanderer propõe a criação de ensino de 2º Grau no Distrito de Brasilândia, Município de Alto Piquiri, neste Estado.

Muito embora, trata-se de matéria que virá acarretar aumento de despesa, entendemos que a população brasileira tem urgente necessidade de maior acesso à instrução, uma vez que é essa deficiência também responsável pelo aumento das dificuldades brasileiras; poderiam ser citados entre outros, os problemas de saúde do brasileiro que, por sua vez geram maiores despesas por parte dos órgãos responsáveis pela saúde pública, e assim por diante.

Diante do exposto, entendendo que a sanção Governamental virá sanar o vício de origem, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação da matéria.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.05.88.

Curitiba, quinta, em 12.08.88

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

BASÍLIO ZANUSSO

Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 036/88

P A R E C E R:

- VOTO EM SEPARADO -

O Projeto de Lei n. 36/88, em análise, propõe a implantação do Curso de 2º grau no Distrito de Brasilândia, no Município de Alto Piquiri.

Em nosso entendimento a proposta não tem condições de prosperar pelas razões a seguir expostas: inicialmente apresenta-se eivada de vício de inconstitucionalidade, uma vez que transgredir o preceituado pelos artigos 25, § 1º, letra b e 47, item I, da Magna Carta do Estado, senão vejamos:

"Art. 25

§ 1º - É da competência exclusiva do Governador a iniciativa das leis que:

b) - criem cargos, funções ou empregos públicos e aumentem vencimentos ou a despesa pública".

"Art. 47 - Compete privativamente ao Governador:

I - iniciar o processo legislativo das leis que disponham sobre matéria financeira, criem ou extingam cargos, funções ou empregos públicos, aumentem os vencimentos e vantagens dos servidores, ou acresçam a despesa, ..."

Como podemos demonstrar, a pretensão peca pela sua iniciativa, colidindo frontalmente com os preceitos constitucionais retroalinhados. É notório, também, que a sanção governamental não sana o vício de origem, como pretende o relator, em seu parecer, nos casos em que a iniciativa do processo legislativo deva ser exclusiva do Chefe do Poder Executivo (Acórdão do S.T.F. - Representação de inconstitucionalidade n. 890, contra o art. 6º, da Lei n. 8.782, de 18 de abril de 1980 do Estado de Goiás).

Não bastassem as razões explicitadas, há que se considerar a política adotada pelo SEED com vistas à implantação de cursos de 2º grau, que além de privilegiar a implantação destes cursos em sedes municipais e em distritos que estejam em processo de emancipação, exige ainda existência de clientela, espaço físico disponível e existência de professores habilitados. Como pode-se observar pelo ofício do Senhor Secretário de Educação, às folhas 03 dos autos, não há, no momento, viabilidade de implantação do ensino de 2º grau na referida localidade, por falta de clientela.

Nestas condições, ainda que pese a boa intenção do Autor, havemos de nos manifestar contrariamente ao parecer do Relator,

votando pela Rejeição do Projeto de Lei n.º 036/88.

É o voto em separado.

Sala das Comissões, em 24.05.88.

(a) CÂNDIDO BASTOS

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 036/88

P A R E C E R:

Nada obsta que se implante uma unidade de ensino do segundo grau no Distrito de Brasilândia, em Alto Piquiri, conforme se propõe pelo presente projeto de lei de autoria do nobre Deputado Werner Wanderer. É da maior importância que todas as crianças, ditas moradores do "interior", tenham oportunidade iguais de acesso à educação: aí está a verdadeira raiz da democracia.

O conceito "do interior" deve ser despojado do seu sentido de "atraso", de "lugar sem equipamentos de saúde e educação e qualidade de vida", para ficar apenas como a qualificação geográfica de distância, seja da sede, seja da capital ou do município.

A democracia e a unidade do Estado se fazem pela igualdade de oportunidades para todos.

Assim, com urgência, deve esta Assembleia aquiescer à proposta do Deputado Werner Wanderer, concordando com ela.

É o parecer favorável, sendo que a Comissão de Educação deve opinar pelo mérito da existência ou não de "clientela" para 2.º grau.

Sala das Comissões, em 15.06.88

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

RAFAEL GRECA

Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

PROJETO DE LEI N.º 036/88

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Werner Wanderer, o projeto de lei em tela propõe a CRIAÇÃO DO ENSINO DE 2.º GRAU NO DISTRITO DE BRASILÂNDIA, Município de Alto Piquiri, neste Estado.

A Comissão de Constituição e Justiça, ao se manifestar sobre o assunto, o fez favoravelmente, dada a urgente necessidade de acesso à instrução, visto tratar-se de uma deficiência que atinge algumas camadas sociais, embora a proposta venha a acarretar aumento de despesa.

Ao passar pela Comissão de Finanças, a mesma veio a seguir o entendimento acima exposto, acrescentando apenas a importância de que todas as crianças moradoras de lugar distante seja da sede, seja da capital ou município tenham ingresso à educação, pois todos devem ter iguais oportunidades na vida.

Esta Douta Comissão de Educação, ao

ser chamada a opinar, vem seguir o entendimento das Comissões supracitadas, ao se manifestar favoravelmente pela presente proposta, sendo pois pela sua aprovação por esta Casa de Leis, entendendo que a sanção governamental sanará o vício de origem.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.06.88.

(aa) NEREU CARLOS MASSIGNAN

Presidente

NESTOR BAPTISTA

Relator

Aprovado.

O SR. NESTOR BAPTISTA - (Pela Ordem) É o contrário, Senhor Presidente, a Banca do PMDB se levantou rejeitando o projeto.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Está Rejeitado.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 85/88, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que concede o Título de Cidadã Benemérita do Paraná, à Doutora ROSI DE MACEDO PINHEIRO LIMA. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA. n.º 24, de 14.04.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 085/88

P A R E C E R:

O nobre Deputado Orlando Pessuti vem homenagear a Dra. Rosy de Macedo Pinheiro Lima, apresentando projeto de lei que objetiva a concessão do Título de Cidadã Benemérita do Paraná.

Não havendo óbice legal ou constitucional e plenamente convencidos do acerto da medida, manifestamo-nos favoravelmente à Aprovação da matéria.

Assim sendo o parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 24.05.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

EDMAR LUIZ COSTA

Relator

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 89/88, de autoria do Deputado LAURO LOBO ALCANTARA, que declara de Utilidade Pública o GRUPO ESPÍRITA SOLIDARIEDADE, com sede e foro na Cidade de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. (Public. no DA. 25 de 19.04.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 089/88

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Lauro Lobo Alcantara, objetiva o presente plano de lei declarar de Utilidade Pública o "Grupo Espírita Solidariedade", com sede e

foro na Cidade de Curitiba.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela Aprovação do presente plano de lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.05.88

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente e Relator

Aprovado.

O SR. NESTOR BAPTISTA - (Pela Ordem) Retirou. Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Havendo retirado esta Presidência prossegue a sessão.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 92/88, de autoria do Deputado Antônio Annibelli, que denomina Rodovia Prefeito Boleslau Sobota a estrada F.V. 002- que liga a sede do Município de Cruz Machado ao Distrito de Santana. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. n° 26, de 20.04.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 092/88

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Antônio Annibelli, o presente Plano de Lei tem por finalidade denominar Rodovia Prefeito Boleslau Sobota a estrada F.V. 002- que liga a sede do Município de Cruz Machado ao Distrito de Santana.

Analisando o projeto, verificamos tratar-se de matéria que atende plenamente os preceitos legais e constitucionais que regem o assunto.

Assim sendo, a presente iniciativa recebe parecer favorável desta Comissão.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.05.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

EDMAR LUIZ COSTA

Relator.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N° 092/88

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Antônio Annibelli, o presente plano de lei, objetiva denominar a estrada F.V. 002, que liga a sede do Município de Cruz Machado ao

Curitiba, quinta, em 11.08.88

Distrito de Santana de RODOVIA PREFEITO BOLESLAU SOBOTA.

A Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se favoravelmente sobre seu aspecto legal e constitucional.

Esta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, chamada a opinar sobre seu mérito, conclui que esta proposição pretende prestar justa homenagem a BOLESLAU SOBOTA, pioneiro que sempre trabalhou para o progresso e crescimento de seu Município.

Diante do exposto, nosso Parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.06.88.

(aa) ACYR MEZZADRI

Presidente

PAULO FURIATTI

Relator.

Aprovado.

O SR. NESTOR BAPTISTA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, nós gostaríamos de ter encaminhado o projeto de lei de autoria do Deputado Lauro Lobo Alcantara que, leva o n° 89/88, justamente porque na data de hoje o referido Deputado licencia-se do seu mandato para disputar a Prefeitura Municipal de Pato Branco e com o objetivo de se dedicar inteiramente a sua campanha, resolve se licenciar.

A Bancada do PMDB gostaria inicialmente de deixar um compromisso, um agradecimento em nome da população de Pato Branco e da região ao trabalho prestado pelo Deputado Lauro Lobo Alcantara nesta Casa. Deputado voltado para a medicina, mas acima de tudo preocupado com os grandes problemas sociais de nossa sociedade.

E, por isso, agradecemos muito esse período de convívio com o Deputado Lauro Lobo Alcantara, bem como desejamos muito sucesso na sua caminhada.

E, ao mesmo tempo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, queremos receber de braços abertos, com muita seriedade, o novo companheiro que a partir de hoje passa a fazer parte da Bancada do PMDB, que é o Deputado Neivo Beraldin.

Deputado Neivo Beraldin, que se houve com muito zelo, com muito respeito quando Vereador na Câmara Municipal de Curitiba, ultimamente servindo na Casa Civil, ao lado do Senhor Governador do Estado, responsável por um importante setor do Palácio Iguaçu.

E a Assembléia Legislativa se, perde temporariamente a capacidade, o trabalho, a seriedade, a dignidade de Lauro Lobo Alcantara, recebe um cidadão que representa Curitiba e a região metropolitana, e temos a mais absoluta certeza o fará condignamente.

A Bancada do PMDB, meu caro Deputado Neivo Beraldin, o recebe com a esperança de que aqui estará mais um Deputado preocupado com os destinos do Paraná, aqui estará mais um Deputado interessado em trabalhar ao lado do Governador Álvaro Dias, de sua Bancada e ao lado deste Poder, dirigido pelos Deputados Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Anibal Khury e Lindolfo Júnior. Nós temos uma responsabilidade muito grande. O Poder Legislativo tem sido em determinados momentos até massacrado pelo Poder Executivo. Cumprimos, portanto, um papel de grande responsabilidade, principalmente porque se aproxima a realização da Constituição Estadual, e a partir de hoje Vossa Excelência faz parte deste trabalho.

Nossa Bancada, tendo como Líder Artagão Mattos Leão; e na Presidência Deputado Antônio Annibelli, enfim, toda esta Casa o recebe na certeza de que o Paraná ganha hoje um Deputado voltado e preocupado com o seu Estado.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

Muito obrigado Senhores Deputados. E seja bem-vindo o Deputado Neivo Beraldin.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio)- Antes de encerrar esta sessão, esta Presidência gostaria de desejar ao nosso companheiro Deputado Lauro Lobo Alcantara, pleno sucesso em sua caminhada como candidato a Prefeito da Cidade de Pato Branco, almejando ao mesmo tempo que Deus siga os seus passos e ilumine a sua caminhada. E temos a certeza de que esta trajetória, Nobre Deputado Lauro Lobo Alcantara, será coroada de pleno êxito, fazendo com que Vossa Excelência possa continuar trabalhando em prol de sua comunidade, ao mesmo tempo em que saudamos também e damos as boas vindas ao nosso nobre Deputado Neivo Beraldin que hoje toma assento nesta Casa. Seja bem-vindo a esta Casa, prezado companheiro Neivo Beraldin, para que possamos, juntamente com nossa Bancada, darmos prosseguimento aos trabalhos em prol da grandeza de nosso Estado.

O SR. ANTONIO COSTENARO NETO - (Pela Ordem)- Senhor Presidente, em nome da Bancada da Frente Liberal nesta Casa, eu quero registrar também o nosso apoio ao

Nobre Deputado Lauro Lobo Alcantara, que deixa esta Casa neste momento para disputar a eleição no seu Município de origem. Quero dizer que nós aprendemos, convivemos nesta Casa com o Deputado Lauro, também nas comissões, principalmente na de Saúde e de Agricultura, quando tivemos alguns trabalhos em conjunto e aprendemos a admirá-lo no dia-a-dia.

Portanto, o que nós desejamos ao Deputado Lauro Lobo Alcantara, ao se licenciar desta Casa, para tentar uma nova eleição em seu Município, todo sucesso. E acreditamos que, da maneira como ele tem se conduzido nesta Casa, naturalmente também vai conduzir a campanha no seu Município que, sem dúvida, poderá ser vitorioso. E desejamos as boas vindas, em nome do Partido da Frente Liberal, ao Deputado Neivo Beraldin.

Muito obrigado.

O SR. EZEQUIAS LOSSO (Pela Ordem)- Senhor Presidente, o Partido Liberal quer manifestar ao Deputado Lauro Lobo Alcantara nosso particular amigo, a sua admiração pelo magnífico trabalho que tem desenvolvido em prol do povo paranaense, do povo de Pato Branco nesta Casa de Leis. Tem sido um exemplo, tanto na lhanesa do trato como na busca de soluções para os problemas da coletividade. Desejamos a este nobre companheiro, pleno êxito em suas aspirações, ao tempo em que saudamos, também, o Deputado Neivo Beraldin que vem substituí-lo nesta Casa de Leis.

Muito obrigado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando uma Sessão Solene, para sexta-feira, dia 12, às 16:00 horas, para entrega do Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Excelentíssimo Senhor Oséas de Castro Neves.

Marca ainda uma Sessão Ordinária, para segunda-feira, dia 15, à hora regimental, com a Ordem do Dia, anteriormente anunciada e mais a

2.^a DISCUSSÃO - Dos Projetos de Lei n.ºs 103/87, 359/87, 85/88, 89/88, 92/88.

Levanta-se a sessão.